

# Relatório Mensal de Atividades

## Março de 2020

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2020.

# MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL DA  
COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº. : 0246335-27.2019.8.19.0001

**MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, representado pelo advogado **MURILO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador Judicial das sociedades empresárias **Sovereign Participações e Investimentos S/A, Bar e Restaurante Galli Ltda., Bar e Restaurante Grillet Ltda. e Dumamais 13 Empreendimentos Imobiliários Eireli**, vem a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no artigo 22, II, c, da Lei nº. 11.101/2005 (“LRF”), apresentar o terceiro **Relatório de Atividades** das recuperandas, na forma que segue.



## Sumário

I.	Histórico .....	04
II.	Descrição das atividades por sociedade recuperanda .....	06
III.	Providências tomadas por este Administrador Judicial .....	07
IV.	Evolução processual .....	09
V.	Panorama e análise.....	11

**Anexo I** - Sovereign Participações e Investimentos S/A.

**Anexo II** - Bar e Restaurante Galli Ltda.

**Anexo III** - Dumamais 13 Empreendimentos Imobiliários Eireli

**Anexo IV** - Bar e Restaurante Grillet Ltda.

## I. Histórico

As sociedades empresárias Sovereign Participações e Investimentos S/A, Bar e Restaurante Galli Ltda., Bar e Restaurante Grillet Ltda. e Dumamais 13 Empreendimentos Imobiliários Eireli, que formam o grupo empresarial denominado “Grupo Galli” (“Grupo” ou “Recuperandas”), requereram a este r. Juízo em 02 de outubro de 2019 o deferimento do processamento de sua Recuperação Judicial.

Como relatado na inicial, o Grupo atua de forma conjunta no mercado, compartilha toda a estrutura administrativa e responde à mesma liderança e centro de comando, tendo por objetivo desenvolver, administrar e gerir uma rede de galeterias, além de ostentar o mesmo quotista e acionista controlador com quase a totalidade dos respectivos capitais sociais.

Quando do pedido de recuperação judicial, o Grupo explorava 04 (quatro) restaurantes e 01 (um) bar temático, todos localizados em shopping centers na Cidade do Rio de Janeiro, gerando 200 (duzentos) empregos diretos e inúmeros empregos indiretos, mas vinha enfrentando dificuldades causadas pela crise econômica onde as empresas Recuperandas foram diretamente afetadas, haja vista que tal crise atingiu diretamente as suas vendas e, ligado a isto, o setor financeiro se protegeu reduzindo a oferta de crédito e adotando posição conservadora, o que fez com que boa parte das linhas de crédito então existentes não tenham sido renovadas.

Em que pese tal quadro fático, as Recuperandas defenderam a viabilidade do pleito recuperacional, diante da qualidade de seus produtos, a força de sua marca, a qualificação de sua mão-de-obra e a fidelidade de seus clientes e do seu quadro de empregados.

A considerar que o Grupo desenvolve a atividade de restaurante, operando em *shoppings centers*, e, como tal, ocupando espaços locados, as sociedades requereram o deferimento cautelar de suspensão de eventuais medidas de despejo oriundas de débitos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.

Em decisão de 09 de outubro de 2019, este r. Juízo deferiu a formação de litisconsórcio ativo e o processamento da recuperação judicial, com a suspensão das ações e execuções contra as Recuperandas, especialmente aquelas com medidas de despejo, diante da essencialidade dos estabelecimentos comerciais onde são desenvolvidas as atividades das empresas, ao tempo em que determinou a nomeação deste Administrador Judicial, que iniciou suas atividades no dia seguinte, 10 de outubro de 2019, após firmar em cartório o respectivo termo de compromisso.

Durante todo o período de tramitação do feito, este Administrador Judicial vem exercendo suas atividades regularmente, como será melhor delineado adiante.

## II. Descrição das atividades por sociedade recuperanda

Na forma descrita no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), em março de 2012, o primeiro restaurante do Grupo Galli foi inaugurado, com a razão social de Bar e Restaurante Grillet Ltda., e contou, em curto espaço de tempo, com a abertura de 04 (quatro) estabelecimentos nos seguintes *shopping centers*: Shopping Nova América, Shopping Tijuca, Plaza Shopping e Downtown.

Em 2015, houve a saída de um dos sócios, em acordo de alteração societária que envolveu a cessão da loja localizada no Downtown. No Shopping Nova América, além do restaurante propriamente dito, o Grupo também conta com o “Bar do Galli”, empreendimento teste para um projeto de expansão do conceito de *Sport Bar*. Em outubro de 2017, foi inaugurado o Bar e Restaurante Galli Ltda., situado no Casashopping, na Barra da Tijuca, sociedade constituída de forma independente, objetivando autonomia em relação à estrutura societária anterior.

Como parte do projeto de expansão da marca, em 2014 foi constituída a Sovereign Participações e Investimentos S/A, estabelecida com o objetivo de realizar toda a gestão dos negócios de alimentação do Grupo, a saber: controladoria, finanças, administração de pessoal, compras e investimentos.

Atualmente, o Grupo Galli é composto por 04 (quatro) sociedades, contando ainda com a *holding* patrimonial Dumamais 13 Empreendimentos Imobiliários Eireli.

### III. Providências tomadas por este Administrador Judicial

- (i) Análise e verificação da petição inicial e da documentação com ela acostada, com a finalidade de melhor conhecer as características das sociedades integrantes do Grupo e as razões do pedido de recuperação;
- (ii) Visita às galeterias e ao bar integrantes do Grupo, para fins de averiguar, *in loco*, a continuação das atividades empresariais;
- (iii) Contato constante com os ilustres patronos das Recuperandas, buscando agendar visitas institucionais e reuniões com os sócios, expor o escopo da Administração Judicial e buscar informações acerca das operações do Grupo;
- (iv) Criação da conta de e-mail [galli@mcaa.adv.br](mailto:galli@mcaa.adv.br), implementando um canal de comunicação direta com os credores das Recuperandas e demais interessados, além de receber as divergências e as habilitações da fase administrativa de verificação de créditos;
- (v) Envio de correspondências a todos os credores das Recuperandas, totalizando 108 (cento e oito) cartas remetidas, noticiando-os do deferimento do processamento da recuperação judicial, do valor e classificação de seus respectivos créditos e do modo e prazo para as divergências;

**(vi)** Recebimento, análise e resolução das divergências e habilitações da fase administrativa de verificação de créditos;

**(vii)** Visita à sede administrativa das Recuperandas, para fins de constatar, *in loco*, o prosseguimento das atividades empresariais;

**(viii)** Reuniões com os patronos, sócios e principais funcionários das Recuperandas, para fins de obter informações acerca das atividades empresariais;

**(ix)** Elaboração e apresentação da Relação de Credores retificada (art. 7º, § 2º da Lei nº 11.101/2005).



#### IV. Evolução processual

O Grupo Galli ajuizou seu processo de recuperação judicial no dia 02 de outubro de 2019, por meio da petição inicial de fls. 03-20 e documentos de fls. 21-346, o qual fora distribuído sob nº 0246335-27.2019.8.19.0001. O feito tramita perante este r. Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, sob a presidência do Excelentíssimo Juiz Titular, Dr. Alexandre de Carvalho Mesquita.

O processamento da recuperação judicial foi deferido em 09 de outubro de 2019, pela r. decisão de fls. 380-383. O termo de compromisso do Administrador Judicial foi assinado em 10 de outubro de 2019 (fl. 391) e as primeiras providências foram relatadas em manifestação de fls. 409-428, datada de 24 de outubro de 2019.

Em petição de fls. 435-436, de 04 de novembro de 2019, o Grupo Galli noticiou a retificação da sua lista de credores, juntando a lista atualizada às fls. 437-449.

O edital a que alude o art. 52, § 1º, da LRF foi publicado em 03 de dezembro de 2019, conforme certidão de publicação de fl. 571.

Por meio da petição de fls. 623-624, de 13 de dezembro de 2019, as Recuperandas apresentaram o seu PRJ, acostado às fls. 625-637, com os anexos laudos de viabilidade econômico-financeira e de avaliação dos ativos, acostados às fls. 638-654.

Em manifestação de fls. 951-976, de 19 de fevereiro de 2020, este Administrador Judicial apresentou sua Relação de Credores retificada, na forma do art. 7º, § 2º, da LRF, elencando todas as divergências e habilitações apresentadas e divulgando o respectivo resultado de sua análise.

O edital a que alude o art. 53, parágrafo único, da LRF foi publicado em 04 de março de 2020, conforme certidão de publicação de fl. 1.018, tendo sido apresentadas, até a presente data, as seguintes petições de objeção: **(i)** Banco Santander S/A., às fls. 1.044-1.053 e fls. 1.055-1.069, ambas de 24 de março de 2020; **(ii)** Consórcio Empreendedor do Shopping Tijuca, às fls. 1.156-1.164, de 13 de abril de 2020; e **(iii)** Itaú Unibanco S/A, às fls. 1.295-1.304, de 11 de agosto de 2020.

No período analisado neste relatório, estavam em curso 02 (dois) Agravos de Instrumento (nº 0072469-78.2019.8.19.0000 e 0072492-24.2019.8.19.0000) em face da r. decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, com o objetivo de reformá-la na parte em que deferiu a suspensão das ações de despejo em face das sociedades Recuperandas.

## V. Panorama e análise

Como se viu, no período em análise deste relatório, a recuperação judicial teve tramitação regular, já tendo sido apresentada a Relação de Credores retificada pelo Administrador Judicial, o PRJ pelas sociedades Recuperandas.

Por fim, de forma a facilitar o entendimento, as avaliações da capacidade financeira das Recuperandas estão demonstradas em anexos, com base nas informações fornecidas por elas.

Tais avaliações terão por objetivo medir a capacidade financeira de cada uma das Recuperandas em satisfazer seus compromissos para com terceiros, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, permitindo, assim, a análise sobre a capacidade de as empresas em recuperação saldarem suas dívidas, e serão procedidas individualmente por meio dos relatórios elaborados para cada Recuperanda, conforme identificação a seguir:

- ▶ **ANEXO I - SOVEREIGN PARTICIPAÇÕES e INVESTIMENTOS S.A.;**
- ▶ **ANEXO II - BAR E RESTAURANTE GALLI LTDA.;**
- ▶ **ANEXO III - DUNAMAIS 13 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELE;**
- ▶ **ANEXO IV - BAR E RESTAURANTE GRILLET LTDA.**

Saliente-se que as informações inseridas nos anexos, referentes à elaboração dos números contábeis, foram fornecidas pela administração do Grupo Galli e são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido realizado trabalho de auditoria independente; portanto, este relatório mensal tem o objetivo de informar a atual posição financeira/econômica das sociedades empresárias integrantes do Grupo Galli, cabendo ressaltar que estão sujeitas à alteração futura.

Face ao exposto, este Administrador Judicial consigna, neste ato, que os índices de liquidez das empresas do Grupo no período analisado neste relatório demonstram a existência de uma grave crise financeira, em especial em relação aos compromissos de curto prazo, e manterá V.Exa. ciente da evolução dos fatos e em condições de tomar as medidas que se fizerem necessárias no momento oportuno, fazendo a juntada, em anexo, dos 04 (quatro) relatórios.

#### **MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

**Murilo Matuch de Carvalho**

Administrador Judicial

**OAB/RJ 137.860**

**Rubem Pereira da Silva Junior**

Economista

**CORECON/RJ 07494**